



GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA NOS ESTUDOS CULTURAIS FÍSICOS: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

GENDER, SEXUALITY AND RACE IN PHYSICAL CULTURAL STUDIES: PEDAGOGICAL EXPERIENCES IN BRAZILIAN PHYSICAL EDUCATION

Vitor Hugo Marani **1**
Gabriella Gonçalves Mendes da Silva **2**
Eduarda Carolina Irber **3**
Pâmela Figueredo Barbosa de Araújo **4**

Doutor em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso. **1**
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2961782683090337>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0972-5043>.
E-mail: vitor.marani@ufmt.br

Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso. **2**
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4247573382373262>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3033-4461>.
E-mail: gabriellagmendess@gmail.com

Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso. **3**
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3521439317639112>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7722-2272>.
E-mail: dudairber@gmail.com

Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso. **4**
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4344794079848531>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5661-2482>.
E-mail: pamela.amazonas25@gmail.com

Resumo: Neste trabalho, apresentamos reflexões acerca de experiências formativas atravessadas por gênero, sexualidade e raça na educação física a partir da sensibilidade dos Estudos Culturais Físicos. Para tanto, acionamos a autoetnografia para rememorarmos passagens relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão materializadas na Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário do Araguaia (UFMT/CUA) em meio às relações de poder identificadas em diferentes contextos que emergiram desse cenário. De modo específico, procuramos discutir problemáticas relacionadas a) à formação em educação física a partir da realidade local; b) à fisicalidade no contexto esportivo a partir de relações de poder atravessadas por gênero e sexualidade; c) às relações raciais e de gênero na capoeira; e, por fim, d) ao ensino da dança a partir de marcadores sociais de diferença, notadamente, na formação superior em educação física. Por fim, nossos relatos são situados como formas de desafiar estruturas de poder da/na educação física, propondo o exercício de interpretação e, em certa medida, subversão às operações e efeitos das relações de poder.

Palavras-chave: Corpo. Cultura. Poder. Pedagogia.

Abstract: In this work, we present reflections on formative experiences crossed by gender, sexuality and race in Brazilian physical education based on the sensibility of Physical Cultural Studies. Therefore, we used autoethnography to review events related to teaching, research and extension materialized at the Federal University of Mato Grosso – Araguaia University Campus (UFMT/CUA) through power relations identified in different contexts that emerged from this scenario. Specifically, we seek to discuss issues related to a) pedagogical elements in physical education based on the local reality; b) physicality in the sporting context from power relations crossed by gender and sexuality; c) racial and gender relations in capoeira; and, finally, d) teaching of dance from social differences, especially in higher education in physical education. Finally, our narratives are situated as ways to challenge power structures in physical education, proposing the exercise of interpretation and, to a certain extent, subversion to the operations and effects of power relations.

Keywords: Body. Culture. Power. Pedagogy.

Introdução

O impulso para a constituição deste texto emergiu do nosso contato com o projeto dos Estudos Culturais Físicos (ECF) (LARA, 2019; MARANI, 2019; 2021; MARQUES, 2019; SÁ, 2019; SÁ; MARANI; LARA, 2021) – tradução de *Physical Cultural Studies* (PCS) – cuja preocupação central é a busca por justiça social a partir do reconhecimento das relações de poder que atravessam o corpo nas distintas expressões da cultura física (ANDREWS, 2008; SILK; ANDREWS, 2011; ANDREWS; SILK, 2015; SILK; ANDREWS; THORPE, 2017). Dada essa sensibilidade investigativa, fomos conduzidas/os à (re)construção de nossas experiências por meio de exercícios autorreflexivos que buscaram (re)memorar não somente operações, mas, efeitos do poder materializados em nossa fisicalidade (GIARDINA, NEWMAN, 2011).

Como tentativa de definição, os ECF podem ser compreendidos como abordagem, projeto intelectual, sensibilidade fluida e diversificada e, até mesmo, um campo de estudos, como sugerem Silk e Andrews (2011). A tentativa de definição é, como apontam Silk, Andrews e Thorpe (2017), um exercício em constante construção, já que o mesmo se encontra num processo de formação emergente, passando por transformações que contribuem para a sua produção como projeto dinâmico e passível de ampliação. Apoiadas/os nessa perspectiva, tomamos os ECF como abordagem orientadora de nossas inquietações junto às experiências formativas em educação física, de uma universidade federal no interior do estado de Mato Grosso, no Brasil.

Os Estudos Culturais Físicos não possuem uma definição única ou absoluta, entretanto, entendemos, a partir de Silk e Andrews (2011), que sua constituição deu-se como efeito da “virada cultural”, a partir da década de 1980, em departamentos de Cinesiologia de universidades norte-americanas, as quais direcionaram olhares acerca do corpo em suas complexas teias de análise. De modo geral, a intenção foi de ampliar o foco demasiado ao esporte por meio de análises que contemplassem, segundo Andrews (2008), as variadas expressões da cultura física, representado por práticas que incluem “o esporte, o fitness, o exercício, a recreação, o lazer, o bem-estar, a dança e práticas de movimento relacionadas à saúde” (ANDREWS; SILK, 2015, p. 87, tradução nossa).

Andrews (2008) manifesta o quão os ECF possibilitam perspectiva que questione e visibilize questões sociais amplas em relação às capacidades das materializações do corpo. Essa perspectiva possibilitou a aproximação da construção da abordagem com os desdobramentos dos estudos culturais britânicos, usufruindo dessa vertente, de uma visão política sobre as relações de poder existentes na sociedade. Estas encontram-se em constantes disputas nos espaços das práticas corporais, delineando linhas marcadoras nos corpos que existem nesses espaços. Isso se aproxima da ideia de estudar a cultura física, englobando outras perspectivas do corpo, cultura e relações de poder, como um projeto intelectual que implica no contexto da investigação, já que considera a cultura de uma forma mais singular ao(s) corpo(s).

Dentre os elementos que nos chamaram atenção nos ECF foram as possibilidades de reconhecer que corpos são hierarquicamente organizados por marcadores como sexo, gênero, classe, etnia, habilidade, geração, raça e nação, os quais se manifestam como produção social na cultura física (SILK; ANDREWS, 2011). A partir dessas marcações, os estudos se preocupam em compreender como os corpos, que são atravessados por esses marcadores são organizados, representados e experienciados a partir das relações, das operações e dos efeitos de poder (ANDREWS; SILK, 2015). Por meio desses desdobramentos, Silk e Andrews (2011) sugerem que há necessidade de se esclarecer e modificar as estruturas de poder existentes em realidades injustiçadas. Nessa direção, notamos como os ECF contribuem para a busca de processos emancipatórios em meio à intervenções, produção de conhecimento, diálogos entre pesquisadores/as e pesquisados/as, entre outras formas.

Ainda, os Estudos Culturais Físicos, compreendidos em sua dinamicidade epistêmica, pressupõem uma série de perspectivas teórico-metodológicas que subsidiam ações de pesquisa voltadas à compreensão das relações entre corpo, cultura física e poder. Dentre elas, as epistemologias feministas emergem como campo fértil para a produção de conhecimento e de intervenção social, em especial, quando pensadas investigações que assumam gênero e sexualidade como categorias analíticas nas complexas expressões da cultura física (THORPE; MARFELL, 2019). Nesse sentido, entendemos que as aproximações entre Feminismo e Estudos

Culturais Físicos constituem-se a partir de teias complexas, as quais favorecem a compreensão, segundo Thorpe e Marfell (2019, p. 1, tradução nossa), de “experiências corporificadas, afetivas, reflexivas e políticas” de mulheres (mas, não somente) na cultura física.

Longe de sermos colonizadas por essa abordagem, o exercício que realizamos nesse texto ocorre como maneira de ampliar o entendimento desse campo a partir de um contexto particular. Assim, entendemos que seus usos podem contribuir não somente para pensarmos as categorias que serão refletidas adiante, mas, de igual modo, como maneira de ampliar o próprio entendimento dos ECF, como abordagem contextual empírica, qualitativa, teórica, transdisciplinar, política, autorreflexiva e pedagógica, como assinalam seus precursores (ANDREWS, 2008; SILK; ANDREWS, 2011; ANDREWS; SILK, 2015; SILK; ANDREWS; THORPE, 2017).

Para realização deste artigo, fizemos o uso da autoetnografia como elemento importante para descrever os processos pelos quais vivenciamos. A autoetnografia é tomada, como descreve Spry (2001, p. 710, tradução nossa), como uma metodologia que “critica a situação de si mesmo com os outros em contextos sociais”. Nesse contexto, nosso corpo, a partir das experiências vividas por nós foram tomadas como importantes aspectos dentro da pesquisa, pois, fizeram com que nos colocássemos “no interior” dela, utilizando embasamentos teóricos para compreender essas experiências. Entendemos, como sugeriu Spry (2001), que nossos corpos são o “nexo epistemológico e ontológico sobre o qual o processo de pesquisa gira” (SPRY, 2001, p. 711, tradução nossa). Nesse processo, a auto reflexividade ocorreu a todo momento, a fim de questionar e compreender momentos importantes para a nossa análise.

Ao compartilharmos dos compromissos políticos dos ECF, como discutiu Smith (2017), buscamos com este trabalho produzir pedagogias públicas e críticas que pudessem fomentar deslocamos em nosso processo formativo em educação física. De modo coletivo, vislumbramos construir uma comunidade dialógica, como indicou Freire (2018), reconhecendo como nossas identidades eram marcadas a partir de relações de gênero, de sexualidade e de raça e como esses marcadores impactavam na produção de experiências no interior da cultura física (em distintas expressões como os jogos, as lutas, as danças e os esportes, para citar algumas). Tais experiências, (re)escritas em nossos relatos autobiográficos permitiram identificações e interpretações de estruturas sociais hierárquicas que atuaram na produção de nossa subjetividade, responsáveis por processos de acesso, permanência e/ou interdição na cultura física.

Dito isso, organizamos o texto a partir de tópicos que trazem essas experiências, a partir de posições distintas que assumimos no curso de educação física do Campus Universitário do Araguaia, da Universidade Federal de Mato Grosso, por meio de relatos particulares. O primeiro relato retrata a narrativa de Gabriella e produz formas de problematizar seu corpo em meio às relações de poder na formação em nosso curso de graduação; o segundo tópico, escrito por Eduarda, aborda questões do contexto esportivo, na modalidade de futebol e futsal, apresentando reflexões autoetnográficas acerca das relações entre esporte, fisicalidade e relações de poder, em especial, a partir de como tais pautas constituíram-se atravessadas pelo gênero e pela sexualidade. A discussão racial e de gênero, na narrativa de Pâmela, emerge a partir de experiências na capoeira, tendo a reflexividade e constituição subjetiva como parte fundamental da pesquisa. E, o último tópico, construído por Vitor, retrata reflexões acerca do ensino da dança na educação física a partir de problemáticas que tocam gênero e sexualidade.

Nota autoetnográfica I: experiências formativas atravessadas por gênero e raça na educação física

Gabriella: Desde quando ingressei no curso de Educação Física, na Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário do Araguaia, em 2017, as observações e discussões sobre pesquisas realizadas por alunos/as e professores/as ocorriam com intensidade a partir de manifestações esportivas, notadamente, sob viés das ciências biológicas, como indicam trabalhos históricos produzidos no interior da área (CASTELLANI FILHO, 1988; OLIVEIRA, 1994). Foi somente a partir de 1980, como demonstra o estudo de Daolio (2010) que, houve, então, resistências à concepção biológica (in)corporadas pela Educação Física, dada a tentativa de rompimento com modelos anteriores, a exemplo do tecnicista, do esportivista e do tradicional

que se fazia característico em outros períodos, como argumentou Darido (2001).

Como efeito dessas relações históricas, pude observar que os estudos referentes ao corpo em suas dimensões culturais eram, de certo modo, tangenciados, o que produzia noções, por vezes, que “naturalizavam” diferenças de gênero, de sexualidade, de raça, entre outros assuntos. Somado a isso, algumas metodologias materializadas em pesquisas do curso seguiam a mesma “lógica”, o que acenava para a ideia de que algumas questões não poderiam ser tematizadas pela área. Em outra via, outras discussões no interior do cenário também podiam ser visualizadas, apontando para aportes pedagógicos e socioculturais que buscavam análises contextuais e políticas do corpo e do movimento humano, como fundamentos da educação física, sociologia do esporte, filosofia da educação, entre outras.

Tais discussões atuavam no jogo de produção de sujeitos, dado seus atravessamentos no próprio currículo, como argumentou Silva (2017), o que fazia com que eu, na condição de estudante do curso de educação física, acrescida de minhas marcações sociais como mulher, heterossexual e negra, materializasse certos saberes em detrimento de outros. Dessa forma, era comum me questionar, acerca das metodologias existentes e, de modo mais intenso, como elas poderiam atuar de modo mais abrangente, isto é, a partir de possibilidades “outras” de compreender corpos em suas diferenças culturais e não em suas aproximações biológicas.

Desse panorama, me recorro de algumas experiências realizadas na disciplina “Dança”, quando era possível adentrar em tempos-espacos culturais distintos por meio da imersão em expressões dançantes e em músicas representativas de outros grupos sociais. O reconhecimento dessas gestualidades, em especial, nas danças contemporâneas, nas danças de salão e nas danças populares fazia com que eu adentrasse em modos de vidas particulares, atuando em jogos de reprodução, de resistência e de transformação de algumas práticas. Nesses jogos, brincamos a partir de dinâmicas em que relações de gênero e de sexualidade (mas, não somente elas) eram desafiadas para pensarmos outras possibilidades corporais.

Inspirada nas experiências citadas, busquei me aproximar do professor (homem, homossexual e branco) da disciplina, o que me permitiu adensar questões que pulsavam em minha subjetividade. De modo objetivo, isso ocorreu, num primeiro momento, a partir do contato com os Estudos Culturais Físicos, por meio do projeto institucional intitulado “*Physical Cultural Studies* e Educação Física: perspectivas epistêmicas e metodológicas”, coordenado pelo Prof. Dr. Vitor Hugo Marani. Além de estudos relacionados ao corpo em meio às relações de poder realizados quinzenalmente, havia espaço para que fosse possível (re)criar pedagogias engajadas nessas leituras, em projetos de extensão vinculados ao projeto de pesquisa. Como monitora do projeto de extensão “Conexão Araguaia: formação em Dança de Salão” pude incursionar por formas de (re)interpretar o corpo a partir de questionamentos de gênero e de sexualidade na dança de salão, em especial, a partir de dinâmicas de trocas de parceiros/as, formas inovadoras de condução, entre outras reflexões.

Durante a participação nesse grupo de estudos, houve meu primeiro contato com uma produção direcionada aos estudos dos ECF, de Lara e Rich (2017). Nele, as autoras buscavam “oferecer uma visão deste campo complexo por meio da análise de parte do trabalho produzido pelo grupo de pesquisa *Physical Cultural Studies* na Universidade de Bath, Reino Unido” (LARA; RICH, 2017, p. 1311). Nesta produção, pude ter o contato com termos que me chamaram a atenção, como por exemplo, o *embodiment*, que se refere à forma de compreensão do sujeito a partir de sua dimensão holística, de um corpo vivido, experimentado e incorporado (LARA; RICH, 2017). Esses termos me ajudaram a compreender as possíveis formas de como o “corpo” pode ser estudado/analísado, de como essas dimensões podem contribuir para o viés biológico que me deparei no início do curso.

De modo mais específico, me senti cativada pelos estudos acerca da subjetividade feminina abordados no texto de Lara e Rich (2017 p. 1319). Ao ter esse contato, realizei reflexões acerca de experiências no interior da Universidade. Questões acerca do papel que a mulher representa em diferentes espaços, como algumas aulas práticas podiam transmitir insegurança em relação à exposição do corpo, à competição medida pelo rendimento, aos comentários e olhares lançados por parte de colegas. Certas culturas normatizadas que ferem e intimidam, fazendo com que as ações práticas sejam retraídas e até anuladas. Entendi, a partir de Fran-

combe-Webb, Silk e Bush (2017), que isso se dá como parte dos efeitos do mercado neoliberal, onde o tecnicismo da prática acontece sem as reflexões críticas que as rodeiam, onde os corpos são ensinados a reproduzir ações que possam manter esse ciclo de desenvolvimento do capital. Essa ideia trás a necessidade de discutirmos assuntos que envolvam as práticas pessoais – na singularidade dos corpos – abordando o respeito, a não sexualização e objetificação dos corpos de mulheres, assuntos que ainda carecem de discussão na formação em educação física, em especial, no contexto em que estou inserida.

Aliado a essas reflexões, pude intensificar meus olhares sobre os ECF, a partir do desenvolvimento de um projeto de iniciação científica intitulado “*Physical Cultural Studies*: abordagens metodológicas para o estudo do corpo na Educação Física”. Como objetivo, investiguei as principais abordagens teórico-metodológicas relacionadas ao estudo do corpo nos Estudos Culturais Físicos a fim de (re)conhecer como tais metodologias poderiam contribuir para estudos na educação física brasileira. A pesquisa ocorreu por meio de investigação bibliográfica, a partir da produção de conhecimento vinculada à obra *Routledge Handbook of Physical Cultural Studies*, organizada por Michael L. Silk, David L. Andrews e Holly Thorpe, no ano de 2017, em especial na oitava parte do livro, a qual se destina à apresentação de *Methodological Contingencies* (SILK; ANDREWS; THORPE, 2017).

A partir do estudo das possibilidades metodológicas desse campo, pude me debruçar em perspectivas que, notadamente, tomavam o feminismo como elemento basilar de análise, o que contribuiu para a produção de releituras das relações entre corpo, cultura física e poder que, anteriormente, não eram demarcadas no cenário investigado. A partir desses estudos, foi possível identificar diferentes tons de pesquisas feministas, por meio de engajamentos que atravessam as dimensões presentes nos Estudos Culturais Físicos, sendo elas políticas, teóricas, contextuais, empíricas, qualitativas, transdisciplinares, autorreflexivas e pedagógicas (ANDREWS; SILK, 2015).

Em síntese, os Estudos Culturais Físicos ampliaram minha percepção para investigações mais humanizadas e críticas. Este age como uma complementação as práticas corporais incluindo temáticas variadas como o fitness, a dança, o lazer, o exercício, entre outras ações (ANDREWS, 2008). A ação de se atentar a causas relacionadas às relações de poder – e das formas como elas se manifestam no corpo –, de classe social, gênero, etnias, padrões estéticos do corpo, e como os “corpos” são constituídos, experimentados e representados em relação a essas manifestações (SILK; ANDREWS, 2011); e como as subjetividades precisam ser analisadas para se entender as disseminações do “corpo” contribuíram para o meu processo de formação como futura docente da educação física.

O caráter teórico, pedagógico e político dos ECF (SILK; ANDREWS; THORPE, 2017) contribuíram para que, durante meu contato com as pessoas, dentro ou fora do ambiente escolar, eu me atente às diferenças corporais – em seus discursos, experiências e representações – de modo a não naturalizar formas padronizadas, marginalizadas e injustiçadas. Dessa perspectiva, procurei intervir nos projetos (de ensino, de pesquisa e de extensão), para que os corpos fossem respeitados e valorizados nas variadas formas de manifestações na educação física e para além dela. Essas ações nos auxiliam a desmascarar a visão de que os corpos são apenas biológicos (FRANCOMBE-WEBB; SILK; BUSH, 2017).

Nota autoetnográfica II: esporte, fisicalidade e relações de gênero e de sexualidade

Eduarda: Início meu relato autoetnográfico a partir de uma escrita engajada com leituras feministas no interior dos Estudos Culturais Físicos que, de modo particular, mostraram modos de materializar diferentes “fisicalidades” na agenda da ciência esportiva contemporânea (THORPE; BARBOUR; BRUCE, 2011; OLIVE; 2017; THORPE; MARFELL, 2019). Assim, (re) escrevo experiências com o esporte a em meio a diferentes marcadores que atravessam meu corpo e, com isso, me “fazem” como mulher, cisgênero, branca e lésbica. Da aproximação com estudos feministas no interior dos ECF, passei a questionar elementos que fazem parte da minha narrativa que, ao longo da minha histórica como atleta de futsal e futebol, não haviam sido

questionados.

A partir do exercício reflexivo que emerge dos ECF, como demonstram Pringle e Thorpe (2017), procurei (re)visitar experiências a partir da teoria, ao mesmo tempo que acessava a teoria a partir das minhas experiências. Nesse movimento de “ir e vir”, entre teoria e prática – campos que se mesclam e se confundem – procurei compreender como as teorias presentes nos ECF moldavam, como informam Pringle e Thorpe (2017), a minha identidade como pesquisadora – mesmo que iniciante. Daí o potencial diálogo com “abordagens colaborativas para facilitar e apoiar mais práticas e políticas de pesquisa reflexiva, tanto individual quanto coletivamente, durante o processo de pesquisa” (PRINGLE; THORPE, 2017, p. 37, tradução nossa).

Da relação entre Estudos Culturais Físicos e Estudos Feministas reconheci autas marginalizadas em uma perspectiva social de corpo, o que oportunizou a visibilidade de corpos socialmente marginalizados, em especial, aqueles que borram fronteiras disciplinares e que não ocupam posição central na produção de conhecimento, como o corpo de mulheres. Nesse sentido, Thorpe e Marfell (2019) discutem essas questões, reconhecendo também as contribuições dos estudos feministas como efeito materializado de um processo histórico, referente a busca de subversões das injustiças e no empoderamento de questões que transcendem dimensões naturalizadas e justificadas por meio do gênero dentro desse âmbito (esportivo), consequentemente, visibilizando possíveis discussões sobre a sexualidade.

Do panorama apresentado, inicio minhas reflexões a partir do meu contato inicial com o esporte. Esse fato ocorreu quando eu tinha 9 anos de idade, com o ingresso nas escolinhas esportivas municipais, que ocorriam no contra turno do período escolar, sob incentivo paterno e supervisão coletiva da Secretaria de Esportes e Lazer (SEEL), de Canarana (MT). Num primeiro momento, esse contato ocorreu a partir das experiências de diversas modalidades coletivas (Futsal, Basquetebol e Handebol) e, posteriormente, meu foco esportivo foi voltado ao futebol e ao futsal. Devido ao contexto escolar, oportunizado por competições como os Jogos Escolares da Juventude, que aconteciam anualmente e, simultaneamente, junto às atividades das seleções municipais, participando de amistosos, competições regionais, estaduais e federais femininas, até os 19 anos de idade.

Anteriormente ao ingresso à graduação e, de modo específico, às incursões nos Estudos Culturais Físicos, sob uma perspectiva positivista, o que invisibilizava várias inquietações sobre questões de gênero e de sexualidade. Como mulher, branca e lésbica, minhas experiências esportivas eram materializadas sem reflexão dessas temáticas, pois, qualquer discussão que tivesse como referência o corpo em suas diversas complexidades, dada minha percepção desse elemento como algo meramente “físico”. Nessa esteira, outros elementos – sociais, políticos, culturais, entre outros – eram silenciados pela absoluta técnica, competitividade e resultados que o esporte exigia, fazendo com que eu tivesse que me “encaixar” em determinados padrões corporais.

Essa ideia de encaixe, segundo Chawansky e Itani (2017) emerge no esporte, neste caso, como espaço ainda “precário” de expressividade das materialidades de corpos em suas diferenças sociais. Pensando nesse sentido, foi um lugar passivo de uma possível expressividade do meu corpo categorizado como *queer*, reconhecendo o esporte como um espaço de disputa, que possibilitou expressões de gênero e de sexualidade que não eram fixas, mas, produzidas em meio a relações de poder. Segundo Butler (2018), os corpos *queer*, são sujeitos que questionam e não se adaptam ao dito “normal”, entendido como padrão heteronormativo, ou seja, nesse sentido, subjetivamente eu me “encaixava”, porque tinha algo em comum com a maioria das outras meninas, a homossexualidade, mesmo na época, particularmente, não refletia sobre essas complexidades que o corpo é capaz de materializar. Esse tipo de exclusão com o diferente do padrão, sempre foi uma das minhas inquietações e a perspectiva de tais experiências vêm se modificando, refletindo com mais sensibilidade sobre gênero e sexualidade. Nesse contexto do âmbito esportivo, expressões como futsal e futebol ainda são voltadas majoritariamente para o público masculino.

Esse olhar passivo de sensibilidade para o gênero e sexualidade dentro desse contexto, foi possível somente depois da inserção no curso de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso e sobretudo, com a visita à Universidade Estadual de Maringá, local em que

aconteceu o I Simpósio Estudos Culturais na Educação Física, promovido pelo Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade (GPCCL/DEF/UEM/CNPq), em 2019. Por meio dessa incursão, fui apresentada ao campo epistemológico dos Estudos Culturais Físicos (ECF). Dessa apresentação, pude me aprofundar em estudos com perspectiva sensível, empática, incorporada e intervencionista, relacionando o mundo acadêmico e o meio sociocultural, me permitindo ver o esporte para além do movimento, em termos biomecânicos, anatômicos e fisiológicos.

A sensação do contato com esse conhecimento foi semelhante ao que o pesquisador norte-americano David Andrews, ao tematizar a “Verdade Inconveniente da Cinesiologia” explora em sua formação: “[...] devo confessar, acordei de 13 anos de (auto e sistematicamente induzido) sono cinesiológico relativo para encontrar um campo mais produtivo e promissor mais do que nunca, mas que continua repleto de conflitos internos” (ANDREWS, 2008, p. 47, tradução nossa). Por meio dos estudos acerca da abordagem dos ECF, reconheci perspectivas anteriormente invisibilizadas e desconhecidas epistemologicamente referentes à sexualidade e ao gênero junto à vivência com o esporte a floraram, procurando entender, os mecanismos do quais, as relações de poder operam socialmente nas manifestações corporais (SILK; ANDREWS, 2011).

Ao considerarem o corpo para além do conteúdo biológico e absoluto, Andrews e Silk (2011) propuseram a visibilização da história, da cultura e do contexto social, abrangendo um leque que ressalva o esporte – como um dentre outras manifestações corporais – que podem ser analisado sob a égide das relações de poder social. Nessa perspectiva, o contato com os ECF desvendou o universo esportivo em seus delineamentos a partir das relações de poder, investido por questões hegemônicas de gênero (masculino) e de sexualidade (heterossexual) que existe em diversas modalidades, seja pela estética, pela movimento e/ou pelo público que as incorpora, como explicaram Thorpe e Marfell (2019). Dito de outro modo, passei a reconhecer “[...] a cultura física como uma via legítima, e, de fato, significativa para uma investigação intelectual crítica sobre o assunto, relação entre corpo, poder e cultura” (SILK; ANDREWS; TROPHE, 2017, p. 5, tradução nossa).

Do contexto desenhado, minha atenção, no interior das práticas esportivas e na educação física, foi de identificar, compreender e, com isso, buscar intervir em relações de poder que, como explicam Silk, Andrews e Thorpe (2017), estão sendo acionadas e disputadas em diferentes manifestações corporais, as quais variam de acordo com o contexto social em que são expressadas. Por fim, baseada nos estudos de Silk, Andrews e Thorpe (2017), pude perceber que o campo científico está além das fronteiras acadêmicas e da naturalização dos corpos, visto que, esses corpos devem ser percebidos a partir das suas diferenças, marcadas socialmente por meio de categorias hierárquicas (de gênero, de raça, de etnia, de geração, de nação, de sexualidade, de deficiência) que subjetivam corpos dentro de contextos distintos, o que contribui para a produção de diferentes fisicalidades. Com isso, os ECF, em sua totalidade, demarcam o reconhecimento e a intervenção junto a realidades complexas, com o intuito de criar condições de rupturas e subversões das normas que geram injustiças sociais (SILK; ANDREWS, 2011).

Nota autoetnográfica III: relações de gênero e de raça na capoeira

Pâmela: Retrato nesse exercício autorreflexivo elementos que atravessam meu corpo como mulher, negra, heterossexual, de classe média a partir de minhas experiências com a capoeira, a partir de um grupo da cidade em que resido, no interior do centro-oeste brasileiro. Da apresentação desses elementos, busquei distinguir privilégios e desvantagens a partir dos marcadores que integram minha identidade, com foco nas relações de gênero e de raça na capoeira. Focar nessas questões me permitiu identificar problemáticas que passaram a fazer parte do meu cotidiano no interior da capoeira, desde 1996, as quais foram tomadas como elementos empíricos para que leituras autorreflexivas das categorias estudadas pudessem ser realizadas considerando a dimensão contextual, autorreflexiva e política estabelecidas por Andrews e Silk (2015).

Com isso, busco trazer as minhas experiências relacionadas às questões que discutem corpo, gênero e capoeira a partir das contribuições dos Estudos Culturais Físicos (ECF). A in-

tenção foi de realizar pesquisa autoetnográfica, cujo objetivo foi analisar, por meio de relato biográfico, experiências junto ao Grupo Abadá Capoeira do Vale do Araguaia, sendo um trabalho desafiador e inovador dentro do campo acadêmico local pelo método não convencional utilizado e por problematizar questões de gênero, especificamente em uma subcultura marginalizada (KING-WHITE, 2017). Embora a capoeira ocupe posição central em minha vida, entendo que tal manifestação pode ser interpretada como prática marginalizada, pois, como descreveram Silva e Darido (2017), esta surgiu como forma de resistência durante o período colonial brasileiro. Desse período, construiu-se no país discriminação e perseguição contra as práticas realizadas pelos negros/negras visando acabar com manifestações religiosas, culturais e a própria capoeira por motivos de indignação da classe dominante (SANTOS, 2010).

Em síntese, informada pelos Estudos Culturais Físicos, considerei o cenário em que iniciei na capoeira, para mediante inspirações feministas, analisar experiências junto ao Grupo Abadá Capoeira do Vale do Araguaia, problematizando questões sobre corpo, gênero e raça, a partir das relações de poder presentes nessa manifestação. De modo geral, me apoiei nas compreensões sobre corpo a partir de significados dependentes e condicionados às especificidades dos contextos sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e educacionais que moldam as formas como sujeitos expressam-se (SILK; ANDREWS, 2011; LARA; RICH, 2017; LARA et al., 2019). Via tal entendimento, busquei desnaturalizar diferentes corpos na capoeira, os quais passaram a ser um “acontecimento”, no qual desigualdades sociais poderiam ser problematizadas (SILK; ANDREWS; THORPE, 2017).

Dessa sensibilidade investigativa, tomei as ideias de Andrews (2008) para me apropriar da capoeira atravessada em meio às relações de gênero que nela estão sendo materializadas, não me limitando à generalização da cultura (ANDREWS, 2008). Por meio dessa abordagem, a capoeira passou a ser um local em que elementos culturais não estavam posicionados a partir da neutralidade, ao contrário, lançavam posições de disputas, lutas e negociações diárias. Logo, a identidade da capoeira, na atualidade, retrata possibilidades de discussões que envolvam diversas relações de poder, dada sua condição instrumento de intervenção que materializa discussões relacionadas, centralmente (mas, não somente), às questões raciais e de gênero, as quais são atravessadas por relações de poder (FOUCAULT, 2021).

A investigação acerca da categoria de gênero também foi selecionada com a proposta de fazer uma autorreflexão da presença da mulher na capoeira, em especial, no que diz respeito às problemáticas que perpassam essa manifestação. Com isso, destaco o fato de que a representação tradicional da capoeira ter sido demarcada pela predominância masculina, embora essa demarcação esteja sendo modificada a partir de sua ressignificação, como apontam os estudos de Oliveira e Leal (2009) e Martins et al. (2021). Mesmo com essa identificação, a predominância masculina ainda é a realidade atual de muitos centros de ensino que trabalham com a capoeira dentro de diferentes contextos. Nesse sentido, busquei inserir essa pesquisa no campo interseccional de gênero e raça, de modo a investigar como corpos, historicamente produzidos, constituem-se a partir de um dado tempo-espaco cultural: a capoeira.

A partir dos ECF, visualizei reforços para reconhecer o corpo de mulheres que fazem parte da capoeira a partir de contestações e/ou afirmações de desigualdades e/ou privilégios. Assim, visualizei a capoeira como território político, capaz de acionar o exercício de reflexividade, subvertendo, como discutiu Butler (2018), normas de gênero ligadas à identidade estável do “feminino”. Desse entendimento, destaquei figuras importantes no meu processo de imersão na capoeira, como a figura da “Sinhá” – minha tia e mestra – como influência de uma desconstrução gradual desses paradigmas e estereótipos que parte da naturalização do corpo feminino e relações de poder presentes na capoeira. Considerando as desvantagens, mas também a subversão, observei a necessidade de trazer o empoderamento incorporado dentro do contexto a partir do aumento da participação feminina no decorrer dos anos no Grupo Abadá Capoeira do Vale do Araguaia.

É importante destacar que ter a figura da “Sinhá” à frente do trabalho de capoeiro e o fato dela ser a única entre três irmãos a dar continuidade com a prática, demonstrou a superação de muitas barreiras das relações de poder postas ao longo do percurso. Para mim, essa construção refletiu como a representação de mulher que eu tinha e que queria ser. Sou parte

da desconstrução gradual de paradigmas e barreiras que ainda existem na capoeira relacionadas à participação feminina, dadas as condições históricas, sociais e políticas que a produziram no contexto brasileiro. Em relação à predominância masculina, Oliveira e Leal (2009) afirmam que a prática da capoeira, nas primeiras décadas do século XX, na Bahia, é caracterizada pela valentia e elementos essencialmente masculinos. A partir desse entendimento, associam à capoeira ao homem, pois, consideram elementos tomados socialmente como “masculinos” a exemplo do biótipo e do contato físico da luta corporal. No entanto, há registros sobre a presença de mulheres dentro da capoeira, como é o caso de “Salomé”, personagem da memória da capoeira baiana (OLIVEIRA; LEAL, 2009).

Isso aponta para a capoeira em sua pluralidade e historicidade se tornou um instrumento de subversão que passou a materializar o que Silk, Andrews e Thorpe (2017) abordam como dimensão política por ter em sua essência o que Carrington (2017) chamou de “política cultural negra”, pois, desde sua origem, materializa a luta por mudança social. Importante, então, perseguir caminhos férteis para que as relações de poder no interior da capoeira (e, além dela) sejam identificadas, analisadas e desafiadas, como preconizam os Estudos Culturais Físicos. Essas posições acenam para relações que passam a ser desafiadas ainda mais, não só textualmente, mas no campo prático em que essas experiências são constantemente negociadas no grupo entre meninos e meninas, homens e mulheres que ali gingam.

Com isso, pretendi mostrar que a capoeira pode ser um local em que tais relações de gênero e de raça que atravessam o corpo estão visíveis, o que exige esforço e olhar atento as formas como o poder é (re)produzido ou transgredido nas rodas de capoeira. Visando a política da prática intelectual, tracei para a pesquisa novos horizontes relacionados à identidade, ao gênero e às relações étnico-raciais. Tais categorias foram discutidas e apresentadas tendo a capoeira como um campo político associado à discussão de gênero como possível mecanismo de mudança social. Essa visualização deu-se a partir das contribuições dos ECF que discutem a cultura como elemento essencial que trata da constituição dos corpos em meio às relações de poder que influenciam a subjetividade humana (ANDREWS, 2008; SILK; ANDREWS, 2011).

A partir das categorias apresentadas, as reflexões visaram desconstruir representações do corpo feminino que se tornaram naturais, ao longo da história, no interior da capoeira e também no meio social no qual há formas de preconceitos, estereótipos e resistência à prática. É possível perceber que houve um avanço quanto à participação de mulheres na capoeira, o que trouxe visibilidade e reconhecimento. Porém, é importante destacar que tais conquistas não se deram ao acaso, são resultantes das diversas lutas por espaço, construídas por mulheres, em sua coletividade. A forma como tais acontecimentos foram conduzidos, despertaram olhares críticos, essenciais para compreender a representatividade e trabalhos que valorizam a capoeira dentro de sua pluralidade, a partir das lutas de gênero. Daí a importância de pesquisas que se preocupem com temáticas que relacionem o corpo e suas representações de gênero em diferentes espaços, inclusive na escola, a partir de práticas corporais como a capoeira.

Nota autoetnográfica IV: gênero e sexualidade no ensino da dança

Vitor: O reconhecimento dos privilégios/desvantagens que atravessam meu corpo como homem, branco, homossexual (gay), cisgênero, sem deficiência (entre outros marcadores) como elementos que impactam nos modos como danço e/ou ensino dança na realidade brasileira foi acionado a partir do meu contato com os Estudos Culturais Físicos (ECF) (SILK; ANDREWS; THORPE, 2017). A produção dessa sensibilidade ocorreu, mediante perspectivas pós-estruturalistas oriundas de leituras da filósofa Judith Butler, por meio do entendimento do corpo em suas relações de gênero e de sexualidade na dança. De leituras feministas no interior dos ECF, pude compreender como essa formação é fruto de lutas, disputas, conquistas e transformações em contextos distintos que, diretamente, impactam nos modos pelos quais o corpo é experienciado em meio às relações de poder (SILK; ANDREWS, 2011).

Como professor universitário, os ECF contribuíram para a construção de ações político-pedagógicas concentradas em identificar, analisar e intervir no/pelo corpo, entendido como local de materialidade dessas relações de poder, projetadas hierarquicamente por meio de di-

ferências de raça, de etnia, de geração, de classe, de sexualidade, de gênero, entre outras (SILK; ANDREWS, 2011). Baseado nas contribuições dos Estudos Culturais Físicos, passei a me atentar a processos complexos na dança, nos quais operações e efeitos do poder estavam sendo colocados em disputas, visualizados por mim, especialmente, a partir de questões de gênero e de sexualidade. Assim, tomei como elementos centrais para a análise desses corpos o (re) conhecimento da dança como produto(ra) de discursos, subjetividades e práticas construídas, como informou Andreoli (2011), em meio a relações sociais, culturais, políticas e econômicas mediadas por dispositivos de poder.

De modo a contribuir com as produções realizadas e oferecer, de algum modo, outras direções, busquei o diálogo com os ECF. Esse diálogo foi resultado de esforços coletivos, dos quais destaco as ações desenvolvidas junto ao Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade, da Universidade Estadual de Maringá, junto ao Programa de Pós-Graduação em que realizei o doutorado. Com isso, meu contato com os ECF passou a ser intensificado, em especial, nos primeiros anos de escrita da tese, nos anos de 2017 e 2018, dada minha participação em projeto institucional desenvolvido pelo Grupo com o objetivo de investigar os ECF como maneira de potencializar reflexões e intervenções junto à educação física brasileira.

Somadas a essas experiências, passei por outras que auxiliaram a me (re)conhecer nos ECF. Entre elas, minha atuação como docente do curso de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso, o que gerou possibilidades relacionadas ao estudo e à intervenção a partir dos ECF; o Simpósio Estudos Culturais em Educação Física, e, particularmente, as reflexões que realizei numa mesa redonda “Lazer, corpo e arte como direito: (in)visibilidade do sujeito e luta por reconhecimento” e, por fim, a permanência, entre novembro de 2019 e outubro de 2020, na Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, sob supervisão do Prof. Dr. David L. Andrews, o que me possibilitou a imersão na área de estudos na área mencionada.

Ao ser informado pelos ECF, entendi a necessidade de eleger um recorte investigativo apropriado e crítico no sentido de fornecer subsídios para questionar, problematizar e potencialmente subverter as categorias que me propus a investigar na tese (quais sejam: gênero, sexualidade e dança) e que se encontram também em meu fazer docente. A partir desse pressuposto e do contato com inúmeras investigações nos ECF, diferentes direções passaram a atuar em meu agir investigativo e docente. Dito de outro modo, à medida que eu atuava como professor de dança, era possível construir olhares mais atentos, o que me permitia reconhecer operações de poder, as quais eram materializadas em meu corpo e nos corpos de meus/minhas alunos/alunas.

Na condição de professor, procurei acionar ações de resistências nas quais a própria dança era o meio escolhido para que as rupturas fossem, em certa escala, produzidas. Como docente da disciplina “Dança”, explorei possibilidades pedagógicas em dança na educação física, no ensino superior, por meio da necessidade de formar professores/as engajados com perspectivas críticas. Houve, com isso, a construção de rotas para o trato da dança no ensino superior, notadamente, a partir de uma abordagem sociocultural do corpo, atenta às relações de poder que atravessam a dança em seu sentido histórico-social e didático-pedagógico. Longe de ser um trajeto acabado, desafios foram postos à medida que eu propunha questionamentos que atravessavam gênero e sexualidade na dança.

Desse movimento, experiências pedagógicas me deslocavam, me reestruturavam e produziam (re)invenções para que desafios fossem superados. Em relação às questões de gênero e de sexualidade, recordo-me de inúmeras situações: alunos saindo da sala por recusarem interagir com corpos do mesmo gênero; meninos/homens que sentavam e diziam não estar passando muito bem para evitar as atividades propostas; reuniões agendadas por estudantes que buscavam relatar o desconforto ao dançarem em classe. Houve momentos em que determinadas falas ecoavam não somente na sala, mas nos corredores da IES, fazendo com que discursos operassem numa direção de desqualificação em relação à entrega de alguns alunos durante as propostas em sala.

Ao almejar construir experiências pedagógicas direcionadas à compreensão das relações de poder que operam, especialmente, na dança, procurei materializar ações pedagógicas de modo a “[...] reconstruir a realidade de gênero de acordo com novas orientações” (BUTLER,

2019, p. 39-40). Ao reconstruir gênero/sexualidade na dança como um ato político na formação em educação física, busquei, inspirado em Butler (2019, p. 40), “[...] permitir que a vida das minorias sexuais e de gênero se tornem mais possíveis e mais suportáveis”. Em complemento, com as contribuições dos autores/as dos ECF, houve investimento no engajamento ativo direcionado ao diálogo democrático na sala de aula para o desenvolvimento de compreensões críticas – teórica e empírica – acerca da dança na educação física.

No último ano, em decorrência da pandemia de Covid-19, estudantes foram inspirados a desafiar estruturas de poder por meio da análise crítica de pedagogias públicas (GIROUX, 2004) – artefatos culturais dispostos na sociedade – que informam sobre dança na sociedade – como programas midiáticos, filmes, séries, entre outros que produzem “imagens” de dança. Com isso, relações de poder, articuladas aos contextos sociais e culturais colocados para além dos muros da universidade, ofereceram espaços de interações sociais e análises em que o corpo fosse o vetor de compreensão de discussões mais amplas, especificamente, a partir das relações entre corpo e cultura.

Assim, estudantes foram direcionados a compreender como a dança – como elemento da cultura física – é atravessada por inúmeras relações de poder voltadas, notadamente, à gênero e à sexualidade (mas, não somente) inviabilizando, por vezes, a superação de enquadramentos sociais (BUTLER, 2018) que dificultam o instaurar de práticas subversivas. Em síntese, houve impulso para que a dança, produzida no e pelo discurso, pudesse ser contextualizada em meio às experiências e representações que integram a sociedade (ANDREWS; SILK, 2015). Como resultado dessa compreensão, busquei valorizar experiências de corpos que não seguem, por completo, a obrigatoriedade de regimes de gênero e de sexualidade, o que reitera tais categorias, nos dizeres de Butler (2018; 2019) como fabricadas social, cultural e politicamente.

Considerações Finais

Nosso objetivo no texto foi de apresentar experiências com o objetivo de evidenciar, por meio de relatos autoetnográficos, as potencialidades do diálogo entre Estudos Culturais Físicos e Educação Física, notadamente, a partir de discussões que atravessam questões de gênero, de sexualidade e de raça em nossa fisicalidade. Com esse intuito, problematizamos experiências distintas a partir dos modos como os ECF nos deslocaram na educação física numa realidade local brasileira, qual seja, do interior do centro-oeste brasileiro. Para tanto, propusemos (re)memorar experiências pedagógico-formativas, nos esportes, na capoeira e na dança para reconhecermos relações de poder que eram materializadas no corpo pelo viés cultural. Embora as experiências sejam distintas, entendemos que tais diferenças contribuem para fomentar os debates relacionados à formação em educação física, notadamente, no que diz respeito à relações entre gênero, sexualidade e raça.

As dimensões que caracterizam os Estudos Culturais Físicos contribuíram para que pudéssemos ampliar nossa formação em relação às diferentes identidades sociais, tornando possível desnaturalizar estruturas sociais que, outrora, eram fixadas a partir de uma compreensão biofisiológica do corpo na educação física. Sob essa perspectiva, passamos a identificar, nos diferentes espaços de formação e intervenção, as operações, as relações e os efeitos de poder que permeiam esses espaços e influenciam nossa “fabricação” como mulheres/homens (em nossas diferenças de classe, de sexualidade e de raça) na área.

Ao posicionarmos nossos corpos na agenda teórica e metodológica da pesquisa, assim como fizeram Thorpe e Marfell (2019), procuramos ressaltá-los como elementos que possibilitem a ampliação dos Estudos Culturais Físicos no contexto brasileiro. Desse esforço, resultaram formas para se (re)pensar a educação física no contexto por nós explorados, a partir da formação, da fisicalidade produzida no esporte e das questões de gênero e de raça que atravessam a cultura física. Com isso, esperamos que esse texto possa contribuir para futuras apropriações que possam ser (re)feitas para desafiar as estruturas de poder que são impostas, experienciadas e, por vezes, como lembram Andrews e Silk (2015), contestadas no interior da cultura física.

De modo geral, a abordagem dos ECF nos ajudou a compreender, e também pode ser utilizada de forma complementar, direcionando o processo de formação acadêmica no curso de Educação Física. Os elementos principais que os compõem (o caráter empírico, contextual, transdisciplinar, teórico, político, auto reflexivo, qualitativo e pedagógico) sugerem a pluralidade de mecanismos que possam orientar práticas engajadas para a compreensão do corpo de maneira holística na educação física, nos atentando para as diversidades culturais, as diferenças sociais e étnico-raciais, que rodeiam a nossa região, o que faz parte da caracterização dos ECF como uma “sensibilidade fluida e diversa” (SILK; ANDREWS, 2011, p. 6, tradução nossa).

Ao iluminarmos nossas práticas a partir dos Estudos Culturais Físicos, entendemos a necessidade de estarmos atentas à análise a partir dos contextos existentes; da utilização de metodologias que ressaltem posições políticas a fim de trabalhar na/com relações de poder. Instrumentalizadas dessa sensibilidade, construiremos espaços para analisar as maneiras pelas quais marcadores sociais produzem subjetividades, o que podem despertar o anseio por mudanças sociais progressivas, tanto no espaço formativo quanto para além dele. Talvez, sob essa perspectiva, estaremos produzindo locais que, como Francombe-Webb, Silk e Bush (2017) chamaram a atenção, conecte a subjetividade, a cultura e a política, envolvendo o afeto nessas práticas e ações.

Por fim, ainda que o exercício autorreflexivo contribuiu para o encaminhamento da pesquisa e que tenha produzido constatações desafiadoras, muitas verdades, em nossa área, ainda estão postas. Daí destacarmos os modos pelos quais a pesquisa nos despertou para a possibilidade de trato contínuo no que diz respeito à identificação, análise e intervenção junto às redes de poder sociais. Nesse jogo de poder, estaremos atentas às possibilidades de democratização, de acessibilidade de práticas e de visibilidade de corpos – em suas dimensões sociais e históricas –, em especial, a partir de disputas culturais que fazem parte da nossa subjetividade na educação física.

Referências

ANDREOLI, G. S. Representações de masculinidade na dança contemporânea. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 159-175, mar. 2011.

ANDREWS, D. L.; SILK, M. Physical Cultural Studies On Sport. **Routledge handbook of the sociology of sport**, p. 83-93, 2015.

ANDREWS, D. L.; SILK, M. Physical Cultural Studies on Sport. In: GIULIANOTTI, R. (Ed.). **Routledge Handbook of the Sociology of Sport**. Londres: Routledge International Handbooks, 2015. p. 83-93.

BARKER-RUCHTI, N.; SCHUBRING, A. People in contexts. In: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

BRUCE, T.; RANKINE, J.; NAIRN, R. Critical discourse analysis. In: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARRINGTON, B. Raced Bodies and Black Cultural Politics. In: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papyrus, 1988.

CHAWANSKY, M.; ITANI, S. Sexualized/sexed bodies. *In*: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

COOKY, C. Text/representation. *In*: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

DAOLIO, J. **Educação física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores associados, 2010.

DARIDO, S. C. **Educação física na escola: questões e reflexões**. São Paulo: Guanabara Koogan S.A., 2001.

FITZPATRICK, K. Poetry, poiesis and physical culture. *In*: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FRANCOMBE-WEBB, J.; SILK, M. L.; BUSH, A. Critical Corporeal Curricula, Praxis and Change. *In*: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIARDINA; M. D.; NEWMAN, J. L. What is this "Physical" in Physical Cultural Studies? **Sociology of Sport Journal**, v. 28, n. 1, p. 36-63, 2011.

GIROUX, H. A. Cultural studies, public pedagogy and the responsibility of intellectuals. **Communication and Critical/Cultural Studies**, Londres, v. 1, n. 1, p. 59-79, ago. 2004.

INGHAM, A. G. Toward a department of physical cultural studies and an end to tribal warfare. *In*: FERNANDEZ-BALBOA, J. (Org.). **Critical postmodernism in human movement, physical education, and sport**. Albany: State University of New York Press, 1997.

KING-WHITE, R. Ethnographic approaches. *In*: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

LARA, L. M. et al. Resenha de Routledge Handbook of Physical Cultural Studies. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, [s.l.], v. 41, n. 2, p.229-230, abr. 2019.

LARA, L. M. Apresentação. *In*: Simpósio estudos culturais na educação física: 15 anos de pesquisa em corpo, cultura e ludicidade, 1, 2019, Maringá. **Anais [...]** Maringá: Gpccl, 2019. p. 9 - 11.

LARA, L. M.; RICH, E. Os estudos de cultura física na Universidade de Bath-Reino Unido: dimensões de uma abordagem muito além da fisicalidade. **Movimento**, PortoAlegre, v. 23, n. 4, p. 1311-1324, out./dez. de 2017.

MACKAY, S. Digital media methodologies. *In*: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

MARANI, V. H. **Corpo, dança e educação física**: experiências subversivas de gênero e sexualidade? 2021. 225f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

MARANI, V. H. O (re)conhecimento do corpo nos estudos culturais físicos: a pesquisa (in)corporada como meio para a visibilidade social. *In*: Simpósio estudos culturais na educação física: 15 anos de pesquisa em corpo, cultura e ludicidade, 1, 2019, Maringá. **Anais [...]** Maringá: Gpccl, 2019. p. 35 - 42.

MARQUES, J. P. Experiências do corpo nos estudos culturais e saberes formativos na educação física: subjetivação, institucionalização, saúde e disciplina. *In*: Simpósio estudos culturais na educação física: 15 anos de pesquisa em corpo, cultura e ludicidade, 1., 2019, Maringá. **Anais [...]** Maringá: Gpccl, 2019. p. 125 – 133.

MARTINS, S. E.; LUIZ, M. E. T.; FRANZONI, W. de C. C.; TAVARES, L. M.; MARINHO, A. Um olhar feminino sobre a mestria e a participação da mulher na Capoeira da Grande Florianópolis. **LICERE**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 385–407, 2021.

OLIVE, R. The political imperative of feminism. *In*: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

OLIVEIRA, J. P.; LEAL, L. A. P. **Capoeira, identidade e gênero**: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2009.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **Consenso e conflito na educação física brasileira**. Campinas: Papirus, 1994.

PINK, S.; FORS, V.; BERG, M. Sensory, digital and visual methodologies. *In*: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

PRINGLE, R.; THORPE, H. Theory and reflexivity. *In*: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

SÁ, A. B. S. Physical Cultural Studies: reflexões acerca da produção de conhecimento em mídia esportiva *In*: Simpósio estudos culturais na educação física: 15 anos de pesquisa em corpo, cultura e ludicidade, 1., 2019, Maringá. **Anais [...]** Maringá: Gpccl, 2019. p. 134 – 140.

SÁ, A. B. da S.; MARANI, V. H.; LARA, L. M. Narrativas autoetnográficas e desafios para a educação física nos Estudos Culturais Físicos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, n. 1, p. e260027, 2021.

SANTOS, L. S. Capoeira: expressão de identidade e educação. *In*: Larissa Michelle Lara. (Org.). **Abordagens Socioculturais em Educação Física**. Maringá: Eduem, 2010.

SILK, M.; ANDREWS, D. L. Toward a Physical Cultural Studies. **Sociology of Sport Journal**, v. 28, n.1, p. 4-35, 2011.

SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. Introduction. *In*: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SILVA, L. M. F.; DARIDO, S. C. Capoeira. *In*: González, F. J.; Darido, S. C.; OLIVEIRA, A. A. B. (Orgs.) **Lutas, Capoeira e Práticas Corporais de Aventura**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2017.

SMITH, B. Narrative inquiry and autoethnography. *In*: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

SMITH, B. Narrative inquiry and autoethnography. *In*: SILK, M.; ANDREWS, D. L.; THORPE, H. (Orgs.). **Routledge handbook of Physical Cultural Studies**. Nova Iorque: Routledge International Handbooks, 2017.

SPRY, T. Performing autoethnography: an embodied methodological praxis. **Qualitative Inquiry**, [s.l.], v. 7, n. 6, p. 706-732, dez. 2001.

THORPE, H.; MARFELL, A. Feminism and the Physical Cultural Studies Assemblage: revisiting debates and imagining new directions. **Leisure Sciences**, [s.l.], v. 41, n. 1-2, p.17- 35, 2019.

THORPE, H; BARBOUR, K.; BRUCE, T. "Wandering and Wondering": Theory and Representation in Feminist Physical Cultural Studies. **Sociology of Sport Journal**, [s.l.], v. 28, n. 1, p.106-134, 2011.

Recebido em 25 de abril de 2021.

Aceito em 20 de agosto de 2021.